

O PENSAMENTO DE LANDES PERANTE A OBRA DE WEBER: BREVE REFLEXÃO

Carlos Barracho

Professor Catedrático da Universidade Lusíada
omniapropatria33@gmail.com

DOI: <https://doi.org/10.34628/42fk-z662>
Recebido: 30.10.2020
Aprovado: 07.02.2021

Resumo: Procura-se relembrar as teses de Weber sobre o papel do protestantismo e, em particular, do calvinismo na origem do capitalismo, salientando-se que Landes defende que “nem a nível empírico, onde os registos mostram que os mercadores e os manufatureiros protestantes desempenharam um papel de líderes no comércio, na finança e indústria, se pode anular a importância” do pensamento weberiano. Conclui-se afirmando que “o processo educacional pode ser responsável pelo sucesso dos indivíduos, devido à necessidade de realização pessoal que se traduz no desejo de se ser bem-sucedido”, o que explicaria o que se designa de “incremento económico dos sujeitos”, o que, por sua vez, permitiria o desenvolvimento do “espírito do capitalismo”.

Abstract: It seeks to recall the Weber thesis about the role of Protestantism and, in particular, of Calvinism in the origin of capitalism, stressing that Landes defends that “not even on an empiric level, where records show that protestant merchants and manufacturers played a leader role in commerce, finance and industry, you can nullify the importance of Weber’s thought”. The conclusion states that “the educational process may be responsible for the individual’s success, due to the need of personal accomplishment, translated into the wish of being successful”, which would explain what is called the “subject’s economic growth”, which, in turn, would allow the development of the “capitalist Spirit”.

David Landes, professor emérito da Universidade de Harvard é um dos historiadores e economistas mais conhecidos da actualidade e autor da obra *A riqueza e pobreza das nações: porque umas são tão ricas e outras tão pobres* (1999). Nela refuta a ideia que as teses de Max Weber (1978) tenham sido ultrapassadas e defende aquelas teses no que diz respeito ao papel da Reforma Protestante e em particular ao Calvinismo na origem do capitalismo. Landes, considerado um importante teórico da sociedade moderna e das diferenças que existem entre esta e as sociedades anteriores, absorveu muitas das ideias de Weber (1978) e Popper (2004).

Uma das teses de Weber, muito discutida durante o século passado, relaciona a ética protestante (particularmente o Calvinismo) com o espírito do capi-

talismo. Como é sabido, Weber é considerado como o primeiro analista teórico a ter realizado estudos sobre o funcionamento burocrático das organizações. Na sua obra fundamental, *Economia e Sociedade* (1978), analisa historicamente os diferentes tipos de sociedade, criando a distinção entre poder e autoridade, distinção essa feita através do conceito de legitimação” (Barracho, 2008, p. 236). Mas a questão religiosa, um dos seus interesses maiores, leva o autor a uma reflexão que se situa ao mesmo tempo na sociologia das religiões e na sociologia económica. Em Weber (1996), a religião ganha primeiro uma posição de orientação dos comportamentos dos estratos que são socialmente dominantes na sociedade, e, de seguida, torna-se um factor de afeição dessa sociedade.

A partir das relações entre o protestantismo e o capitalismo, “Weber amplia o problema de uma sociologia comparada das religiões, numa história comparada do capitalismo” (Grossein, 2000, p. 78). Deste modo, a partir de 1911 até à sua morte, analisa em primeiro lugar, a acção dos factores políticos, sociais e religiosos num projecto de uma sociologia comparada e, posteriormente, dedica-se a esboçar uma sociologia da religião relativa à ética económica das religiões universais. A partir dos últimos estudos, publica reflexões a respeito da sua sociologia da religião. Na obra *Sociologia das Religiões* (1991), Weber refere-se à ética económica como sendo «os estímulos práticos da acção», fixados na sociologia e na *práxis* das religiões, ou seja, ele pretende perceber os acontecimentos psicológicos e práticos que exerceram influência nos motivos que impulsionam a actividade dos indivíduos e, em particular, na economia. O ponto de partida dos estudos de sociologia das religiões é baseado na seguinte questão: em que medida as concepções religiosas influenciaram o comportamento económico das diversas sociedades? Assim sendo, analisa as definições religiosas face ao modo de vida das diversas camadas sociais, cujos estilos de vida afectaram determinadas religiões, tendo em conta a cultura moderna, os seus valores, e o capitalismo como ferramenta da economia. Por isso, o tipo de vida religiosa é influenciado pelos factores económicos (além de outros) e políticos em determinadas áreas geográficas, sociais, políticas e nacionais. Por outro lado, a ética, como código socialmente aceite era de cariz religioso. Então, para Weber (1996), as religiões diziam como os indivíduos se deviam comportar em sociedade, uma vez que forneciam os princípios morais compartilhados por todos os membros da sociedade. Contudo, na sociedade moderna que decorria abertamente com o século XX, a ética que dominava a vida pública era diferente, pois era impessoal e uma série de normas tradicionais estavam a ser alteradas. Nos primeiros tempos da Revolução industrial, segundo Ferguson (2011, p. 116) “as comunidades religiosas eram redes de crédito e cadeias de distribuição de crentes dignos de crédito e confiança”. Agora, com a modernidade, segundo Weber (1978), os valores sociais passaram a pertencer aos indivíduos e não à sociedade no seu todo. A ética moderna obedecia a outras realidades que o século XX tinha trazido, como o consumo, o capital, as forças do mercado e a tecnologia. Em *Ética Protestante*, Weber (1990, pp. 115-117) refere “o ascetismo protestante opera com todas as suas forças contra o desfrute desinibido das possessões; desencoraja o consumo (...) E se esta restrição ao consumo se combinar com a liberdade de lutar pelo

lucro, o resultado será inevitavelmente a criação de capital através da compulsão ascética para poupar”.

Em Weber há a ideia de que o capitalismo trouxe produtos culturais inéditos, que se ligaram a uma certa estrutura social. O século XX estava também a trazer alterações nas relações públicas entre os indivíduos, que, se antes eram calorosas, agora eram frias, reservadas, governadas por um forte autocontrolo. Uma das características mais importantes da modernidade para Weber dizia respeito ao apego que as pessoas tinham para com o seu emprego. De acordo com Carvalho Filho (2014), “Weber quis demonstrar que os comportamentos dos homens das diversas sociedades não são inteligíveis senão no quadro da concepção geral que esses homens fizeram de suas existências; os dogmas religiosos e sua interpretação são partes constitutivas dessa visão de mundo. É preciso compreendê-los para compreender o comportamento dos indivíduos, dos seus grupos sociais e, particularmente, das suas actividades económicas”. Aron (1992) defende que Weber pretendeu mostrar que, de facto, as concepções religiosas revelam determinados comportamentos económicos, que constituíram uma das causas de transformações económicas das sociedades modernas. O autor não distingue o trabalho duro e o sistema de valores das sociedades tradicionais anteriores face à actualidade, ou seja, à modernidade. No entanto, a nova força de trabalho estava cada vez melhor preparada e com salários mais elevados; era ainda uma época contemporânea de uma ética míope dos empreendedores. Esta conjugação levou a que a importância agora dada pelos indivíduos era ao facto de se ganhar cada vez mais dinheiro. É este facto que é reconhecido como o espírito do capitalismo. Como refere Ghosh (2018, s/n), “é isso que é mais prontamente reconhecível como o “espírito” do capitalismo, mas deve-se ressaltar que não era uma simples ética de ganância que, como Weber reconheceu, era antiga e eterna. Na verdade, há dois conjuntos de ideias aqui, ainda que sobrepostos. Existe uma sobre procedimentos racionais potencialmente universais (especialização, lógica, e comportamento formalmente consistente) e outra mais próxima à economia moderna, do qual a ética profissional é parte central. A entrada pujante do capitalismo é referida por Ferguson (2012, p. 230) do seguinte modo: “a grande transformação económica à qual os historiadores chamaram há muito Revolução Industrial (...) teve a sua origem na manufactura têxtil. (...). O passe de mágica da industrialização, apesar de geralmente ignorado pelos críticos contemporâneos, foi transformar o trabalhador em consumidor”.

A situação moderna foi o produto da adesão mesquinha à função particular de cada um, sob um conjunto de condições em que a tentativa de entender a modernidade como um todo, foi abandonada pela maior parte das pessoas. Como resultado, elas não controlavam o seu próprio destino, mas eram governadas por um conjunto de procedimentos racionais e impessoais que ele comparou com uma gaiola de ferro, ou “moradia de aço”. Dadas as suas fundações racionais e impessoais, a moradia ficou muito aquém de qualquer ideal humano de calor, espontaneidade ou amplitude de perspectiva; entretanto, racionalidade, tecnologia e legalidade também produziram bens materiais para consumo de massa de maneiras inéditas. Por essa razão, as pessoas, embora pudessem, provavelmente

não deixariam a moradia «até que o último centésimo de combustível fóssil fosse consumido».

Como referido anteriormente, Landes (1999), defende que nem a nível empírico, onde os registos mostram que os mercadores e fabricantes protestantes desempenharam um papel de líderes no comércio, na finança e indústria, se pode anular a importância da tese de Weber. O autor refere que nos centros industriais da França e Alemanha, os protestantes eram os empresários e os católicos os empregados. Na Suíça, os cantões protestantes eram os centros da exportação das indústrias manufactureiras (relógios, maquinaria e têxteis); por outro lado, os cantões católicos eram na generalidade agrícolas. Pensa-se que o cerne do problema reside na criação de um novo tipo de homem, mais racional, aplicado e produtivo. Não constituem virtudes novas, mas também não eram comuns. Ferguson (2011, p. 304) refere que “acima de tudo, o modelo ocidental de produção industrial e o consumo massificado, deixou soçobrados à sua passagem todos os outros modelos alternativos de organização económica. No final da década de 90 (...), as cinco principais potências ocidentais – Estados Unidos, Alemanha, Reino Unido, França e Canadá – representavam 44% da capacidade de manufatura global”.

Para Landes (1999) *há duas características particulares dos protestantes que reflectem esta ligação. A primeira diz respeito à instrução e alfabetismo, tanto para raparigas como para os rapazes. Havia assim a expectativa que o bom protestante lesse a Bíblia por si mesmo. Pelo contrário, os católicos, faziam a catequese mas não tinham que ler e eram explicitamente desencorajados a ler as sagradas escrituras. O resultado, por parte dos protestantes, foi um maior alfabetismo e um maior número de candidatos para fazerem estudos mais avançados, mas, ao mesmo tempo, dava-se uma maior segurança de continuidade do ensino geração após geração. A segunda característica foi a importância dada ao tempo. Aqui temos aquilo que o economista chamaria de evidência moderada: o fabrico e a compra de relógios. Mesmo em áreas católicas como a França e a Baviera, a maioria dos fabricantes de relógios era protestante, e o uso destes instrumentos em áreas rurais era de longe mais avançada no Reino Unido e Holanda do que nos países católicos.*

Nada pode testemunhar tanto para a “urbanização” da sociedade rural como a sensibilidade ao tempo, com tudo o que isso implica para a rápida difusão de valores e gostos. A importância do tempo é-nos dada por Ferguson (2013, pp. 212-213) quando refere nomeadamente que, “no tempo da navegação à vela, eram necessárias três a seis semanas para atravessar o Atlântico; o vapor reduziu estes tempos para duas semanas em meados dos anos 30 e apenas dez dias nos anos 80. Entre os anos 50 e 90, o tempo de viagem de Inglaterra à Cidade do Cabo foi encurtado de quarenta e dois para dezanove dias”.

Por outro lado, o consumo excessivo da moderna sociedade de massa, começa a ser amplamente criticada pelos filósofos da Escola de Frankfurt. Marcuse (2011, pp. 30-31) refere que nos “confrontamos aqui de novo com um dos aspectos mais inquietantes da civilização industrial avançada: o carácter racional da sua racionalidade. A sua produtividade e a sua eficácia, a sua capacidade

de aumentar e difundir o conforto, de transformar o supérfluo em necessidade, e a destruição em construção, o grau em que esta civilização transforma o mundo-objecto em extensão do espírito e do corpo humano tornam problemática a própria noção de alienação. As pessoas reconhecem-se nas suas mercadorias; descobrem a sua alma no automóvel, na aparelhagem de alta-fidelidade, no piso desnivelado da sua casa, no equipamento da sua cozinha. O próprio mecanismo que liga o indivíduo à sua sociedade mudou, e o controlo social assenta nas novas sociedades que produziu”.

Ora Landes (1999), ao fazer a sua análise sociológica, defende que o mundo está dividido em três espécies de nações: aquelas em que as pessoas gastam rios de dinheiro para não aumentar de peso, aquelas em que os indivíduos comem para poderem viver e, finalmente, aquelas em que as pessoas não sabem de onde e quando virá a próxima refeição. Na obra *A Riqueza das Nações* (1999), refere o sucesso da meritocracia liberal e que o sucesso de algumas nações está relacionado com a base cultural, embora por muitos considerada esta relação causal com insuficiente para explicar o porquê da pobreza e da riqueza.

A análise do autor é feita sem qualquer preconceito e dá-nos inúmeras opiniões e exemplos relativos aos mil anos de história da Humanidade que pretende fazer, e vários exemplos. Contudo, parece-nos que, através de uma visão reducionista pós-moderna, o autor prejudica a ideia que temos sobre o passado das sociedades humanas. Landes (1999) defende que as mudanças que se operaram no mundo Ocidental devem-se a uma revolução económica como nunca vista até então. A Europa dominou o mundo através de um modelo social que privilegiava o ensino, o gosto pela criatividade e inovação. Como consequência, os europeus inventaram e descobriram uma série de novos produtos e instrumentos, estruturando um novo conceito de produtividade. Ora, outros autores (Acemoglu e Robinson, 2013, p. 58), a este propósito, citam que “é o processo político que determina o tipo de instituições económicas existentes e são as instituições políticas que determinam como este processo funciona. (...). É também necessário considerar de uma forma mais abrangente os factores que determinam a distribuição do poder político na sociedade, em particular a capacidade dos diferentes grupos para prosseguirem os seus próprios objectivos ou impedirem outros de prosseguirem os deles. Como as instituições influenciam o comportamento e os incentivos na vida real, geram o êxito ou o fracasso das nações”. Estes autores põem entre outras hipóteses (política, geográfica) a hipótese cultural como factor de desigualdade do mundo, mas não concordando com ela, ao contrário de Landes (1999). Referem (op. Cit, 2013, pp. 74-75), nomeadamente, que “a hipótese cultural, tal como a geográfica, tem uma origem ilustre, que remonta pelo menos ao grande sociólogo alemão Max Weber, que sustentava que a Reforma protestante e a ética protestante que estimulou, desempenharam um papel fundamental no que diz respeito a facilitar a ascensão da sociedade industrial actual na Europa Ocidental”. (...). Mas será que a hipótese cultural é útil para compreender a desigualdade do mundo? Sim e não. Sim, no sentido que as normas sociais, que estão ligadas à cultura, são importantes e podem ser difíceis de mudar. (...). Mas, não, na maioria dos casos, porque os aspectos da cultura em

geral realçados – a religião, a ética nacional, os valores africanos ou latinos – não são importantes para compreender como chegámos aqui, e, por que razão, persistem as desigualdades do mundo. Outros aspectos, como o grau de confiança que as pessoas depositam nos outros e em que medida são capazes de cooperar, são importantes, mas são sobretudo uma consequência das instituições, não uma causa independente”.

Por conseguinte, Acemoglu e Robinson (2013), defendem que embora possam haver diferenças no que respeita às práticas, aos valores, normas e costumes, elas não constituem as causas, antes as consequências das diversas vias de desenvolvimento económico e político, seguidas pelas diferentes nações. Entretanto, convém lembrar, a propósito das hipóteses culturais e geográficas referidas acima, que já o filósofo e político Montesquieu (1689-1755) na célebre obra *O Espírito das Leis*, publicada em 1748, diz que o espírito geral de uma sociedade aparece como resultante de causas morais (costumes, religião), mas também de causas físicas, como o clima, por exemplo.

Regressando a Landes (1999), o autor defende que, enquanto a alguns povos lhes faltava a paixão, a curiosidade, visão, e não eram motivadas pela cobiça, outros eram o seu oposto e dá como exemplo os portugueses. Segundo Landes, a façanha portuguesa é testemunha do seu espírito empreendedor e força, da sua fé religiosa, entusiasmo, e da sua capacidade para mobilizar e explorar os conhecimentos e as técnicas mais recentes. Em oposição a este período, o dos descobrimentos, o nosso país remeteu-se posteriormente para o isolamento e pobreza. Page, (2012 p. 175), a propósito do reinado del Rei D. Manuel, refere “os livros da autoria de viajantes portugueses, tanto jesuítas como seculares, eram amplamente traduzidos e avidamente lidos por toda a Europa, proporcionando o primeiro conhecimento além-fronteiras. Foi uma idade de grande inovação técnica, desde o canhão de carregar pela culatra, e a bússola marítima de João de Castro, até à prefabricação de edifícios de pedra. Talvez, no entanto, a maior inovação tenha acontecido na medicina. (...). Porque, para os Ingleses, os portugueses deviam ter uma imunidade natural, resultado dos casamentos inter-raciais com africanos, enquanto eles continuavam a dormir sem protecção contra os insectos e a caçar patos selvagens em charcos estagnados, sucumbindo muitos deles à doença”. Foram ainda os portugueses os primeiros a identificar o mosquito portador da malária, (...) e a introduzir o mosquiteiro no Japão, que os japoneses continuam a recordar com gratidão. Ainda a este propósito, Stark (2017, p. 214) cita que “a Era dos Descobrimientos foi, para os Europeus, muito mais do que a chegada à Índia e a descoberta do Novo Mundo. De igual importância foi a descoberta da extraordinária capacidade militar que tinham em relação ao resto do mundo. Um pequeno grupo de navios portugueses afundou rapidamente enormes frotas mulçumanas no oceano Índico e os portugueses só precisaram de uma força pouco numerosa para intimidar os governantes orientais”

Mas, a partir do extermínio dos cristãos-novos e fuga dos Judeus para Holanda (particularmente), Portugal desceu a um abismo de intolerância, fanatismo e pureza de sangue.

“Os cristãos-novos desterrados e fugidos começaram a trabalhar na exportação de diamantes. Montaram escritórios comerciais em Nova Amesterdão, onde construíram a primeira sinagoga mais de um século antes de os ingleses terem ali chegado e rebaptizado com o nome de Nova-York. Houve tantos judeus a fugirem de Portugal para Roma que os líderes da comunidade judaica ali estabelecida protestaram junto do Papa, temendo pela perturbação que tal facto iria causar na cidade. Pediram mesmo que lhes fosse recusada a entrada. A resposta do Papa não se fez esperar: acolheu os refugiados idos de Portugal e expulsou, para fora das muralhas da cidade os judeus que ali residiam. Depois de terem acampado nos campos, durante algum tempo, pediram desculpa, pagaram uma multa e foram autorizados a regressar. Mais do que em qualquer outro lugar, foi na Turquia que os judeus provenientes de Portugal foram bem recebidos” (Page, 2012, p. 192).

Pelo contrário, em Espanha o processo foi diferente, embora com o mesmo resultado, pois para esta nação a abertura do mundo foi um convite à riqueza, pompa e ostentação. O sucedido leva a que Landes (1999) manifeste o seu puritanismo moral ao dizer “lendo esta história poder-se-ia extrair a moral de que o dinheiro fácil é mau para as pessoas.”

“Em Florença, os Médici avaliavam os lucros advindos desta deslocação do poder e riqueza para uma pequena nação atlântica, classificando-a como o «triunfo do moderno sobre o antigo». (...). Lisboa tinha-se tornado a cidade mais faustosa da Europa. Os visitantes chegavam aqui vindos de Inglaterra e de outros países, igualmente atraídos, para contemplar a sua opulência, bem como o enorme desenvolvimento no campo das artes, ciências, na grande ópera, medicina, arquitectura e joalharia. (...). Foi D. João II e não Cristóvão Colombo, ou o infante D. Henrique, quem promoveu um dos mais importantes acontecimentos da história da Humanidade: acabar, para bem ou para o mal, com o isolamento da Europa face às outras civilizações” (Page, 2012, p.123).

Pelo exposto, apesar da ostentação de uma dada época, a partir da expulsão dos judeus a situação política, económica e social deteriora-se, em Portugal, mas também no sul da Europa

A expansão, para países como a Holanda e Inglaterra, pelo contrário, foi antes uma oportunidade para realizar novas coisas através do progresso tecnológico e, assim, poderem caminhar rumo à Revolução Industrial. Como é sabido, esta revolução teve início em Inglaterra e rapidamente se propagou a outros países e aos Estados Unidos da América. Na Inglaterra tudo começou com a produção de tecido de algodão através de novas máquinas accionadas por rodas hidráulicas e posteriormente por máquinas a vapor. É pegando nas ideias de Weber expostas em *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* que Landes tenta explicar esta

transformação. Assim, deve-se ao individualismo, ao puritanismo, à perseverança e à moral protestante a criação de um modelo de comportamento quotidiano que levaria o homem ao sucesso nos negócios. De Weber (1978) pode-se reter que a «personalidade burocrática» e racional, origina uma nova economia. Então, para Landes (1990), o protestantismo incentivou o conhecimento e a mudança, enquanto o catolicismo levou ao encerramento e à censura das ideias, dos métodos e das técnicas. Foi por isso que, a Ibéria e toda a Europa mediterrânica perderam o comboio da chamada «revolução científica», ao contrário da Inglaterra, cujo sucesso se deve, não a uma dávida de Deus, mas sim ao trabalho, à inovação, ao desenvolvimento das capacidades individuais, à abertura do comércio, ao espírito de iniciativa e entusiasmo dos indivíduos e à educação. Por outras palavras e utilizando as palavras de Acemoglu e Robinson (2013, p. 50), “a economia mundial floresceu, na segunda metade do século XIX, e as inovações nos transportes, ta como o barco a vapor e o caminho-de-ferro, levaram a uma enorme expansão do comércio internacional”.

Curiosamente, não muito distante destas ideias, integradas no seu conjunto, também Ferguson (2012, p. 360) defende que foram seis aplicações-chave o segredo da ascendência do Ocidente, tais como; a competição, a Revolução Científica, o Estado de direito e o governo representativo, a medicina moderna, a sociedade de consumo e a ética no trabalho. Mas para nós, e à laia de resumo, diremos que esta ascendência se deve, sobretudo à tecnologia e à educação. Quando nos referimos a este último factor recordamos os estudos de McClelland (1961, 1975) e McClelland e Burnham (1976), relativos às necessidades dos gestores nas organizações. Partindo das ideias de Max Weber, da proposta de estudo de Winterbottom (1953) e apoiando-se na “teoria das necessidades manifestas” de Murray (1938), McClelland privilegiou nos seus trabalhos o estudo das relações entre constructos motivacionais e factores organizacionais e sociais. No que respeita às conclusões, uma parte defende que o processo educacional pode ser responsável pelo sucesso dos indivíduos, devido à necessidade de realização que se traduz no desejo de ser bem-sucedido em relação a um padrão pessoal de excelência. Logo, dar-se-á um incremento económico dos sujeitos e, assim, se desenvolve o “espírito do capitalismo”.

Referências bibliográficas

- Aron, R. (1992). *As Etapas do Pensamento Sociológico*. Lisboa: Dom Quixote.
- Barracho, C. (2012). *Psicologia Política*. Lisboa: Escolar Editora.
- Barracho, C. (2008). *Poder, Autoridade e Liderança*. Lisboa: Edições Lusíada.
- Ferguson, N. (2011). *Civilização – O Ocidente e os Outros*. Lisboa: Editora Civilização.
- Ferguson, N. (2012). *Império – Como a Grã-Bretanha construiu o mundo moderno*. Lisboa: Editora Civilização.
- Lopez, A. R. (2012). Ernest Gellner’s functionalist approach to nationalism: a criticism. *Revista Diacrítica*, vol. 26, n.º 2, Braga

- Giddens, A. (2011). *Capitalismo e moderna teoria social*. Lisboa: Editorial Presença.
- Giddens, A. (1992). *As consequências da modernidade*. Oeiras: Celta Editora.
- Ghosh, P. (2018). O que Max Weber quis dizer com o “espírito do capitalismo”? *Nexo Jornal*. [Em Linha], 16 de junho. Disponível na Internet em: <https://www.nexojournal.com.br/externo/2018/06/16/O-que-Max-Weber-quis-dizer-com-o-espírito-do-capitalismo>.
- Grossein, J-P. (2000). Présentation. In: Max Weber. *Sociologie des religions*, pp: 51-129. Paris: Gallimard.
- Landes, D. (1999). *A Riqueza e pobreza das nações: Porque umas são tão ricas e outras tão pobres*. Lisboa: Gradiva.
- McClelland, D. C. (1961). *The Achieving Society*. Princeton: D. Van Nostrand Company.
- Marcuse, H. (2011). *O Homem Unidimensional*. Lisboa: Letra Livre.
- Page, M. (2012). *A Primeira Aldeia Global – como Portugal mudou o Mundo*. Lisboa: casa das Letras.
- Stark, R. (2014). *O Triunfo do Ocidente*. Lisboa: Guerra & Paz.
- Weber, M. (1990). *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Lisboa: Editorial Presença.
- Weber, M. (1991). *Economia e Sociedade*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Weber, M. (1996). *Sociologie des Religions*. Paris: Gallimard.